
***FUNDAÇÃO DE APOIO INSTUCIONAL
AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO - FAI***

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhado do Relatório do auditor independente.

15 de março de 2017
São Carlos, São Paulo

São Paulo, 10 de março de 2017

À
**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**
São Carlos - SP

Prezados Senhores

Estamos encaminhando a V.Sas. 03 (Três) vias de nosso relatório contendo as Demonstrações Financeiras da **FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI** para o exercício em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório do auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO - FAI**

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2016
Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente**

Índice

Relatório do Auditor Independente	02
Demonstrações Financeiras	
Balanço patrimonial	06
Demonstrações do resultado	07
Demonstrações do resultado abrangente	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**
São Carlos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI (Fundação)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos decorrentes do assunto comentado na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

Base para Opinião com Ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 4.b, não obtivemos evidências de que o montante de R\$ 662.513, classificado como Investimento em programas de fomento, é passível de realização e não foi constituída perda respectiva. Assim, o resultado e patrimônio líquido estão superavaliados nesse montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos sobre as Demonstrações Financeiras com Ressalva

Auditoria dos valores comparativos do ano anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 9.4, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 25 de fevereiro de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 9.4 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Fundação referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Entidades Sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que os órgãos da administração pretendam liquidar as atividades ou cessar suas operações ou, ainda, não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2017.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Reais)**

Ativo	Nota	2016	2015 reapresentado	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2016	2015 reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	(3)	105.387.731	82.375.803	Fornecedores		31.567	38.559
Contas a receber		33.602	66.674	Obrigações sociais e trabalhistas	(6)	424.490	328.562
Adiantamentos		41.507	46.597	Obrigações tributárias	(7)	11.434	41.111
Créditos de projetos a receber	(4)	694.800	1.180.206	Valores a repassar	(9.2)	50.669	-
Total do Ativo Circulante		106.157.640	83.669.280	Recursos para projetos	(8)	101.902.089	81.638.709
Não circulante				Provisão de férias e encargos		609.660	472.375
Créditos de projetos a receber	(4)	662.513	1.202.535	Provisão para contingências		87.900	-
Imobilizado	(5)	515.883	370.054	Total do Passivo Circulante		103.117.809	82.519.316
Intangível	(5)	51.218	76.645	Patrimônio Líquido			
Total do Ativo Não Circulante		1.229.614	1.649.234	Patrimônio social	(9.1)	30.883	299
Total do Ativo				Reservas	(9.2)	3.275.855	1.475.273
		107.387.254	85.318.514	Superávit do exercício		962.707	1.323.626
				Total do Patrimônio Líquido		4.269.445	2.799.198
				Total Passivo e do Patrimônio Líquido		107.387.254	85.318.514

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Reais)**

	Nota	2016	2015
Receita líquida	(10)	4.836.904	4.817.290
Repasse de rendimentos	(3) e (10)	3.829.311	2.504.555
Receitas de voluntariado	(16)	540.000	486.000
Custo dos serviços prestados	(11)	(6.076.266)	(4.909.672)
Superávit bruto		3.129.949	2.898.173
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(12)	(1.933.490)	(1.531.106)
Despesas com voluntariado	(16)	(540.000)	(486.000)
Outras receitas e despesas	(13)	782.763	104.627
		(1.690.727)	(1.912.479)
Superávit antes do resultado financeiro		1.439.222	985.694
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	(14)	523.954	342.824
Despesas financeiras		(17.234)	(4.892)
Superávit do exercício		1.945.942	1.323.626

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Reais)**

	2016	2015
Superávit do exercício	1.945.942	1.323.626
Resultados abrangentes	-	-
Superávit após o resultado abrangente	1.945.942	1.323.626

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Reservas				Total
			Reserva para Investimento	Obrigações Futuras	Outras Reservas	Superávit do Exercício	
Em 31 de dezembro de 2014		299	-	-	-	1.779.101	1.779.400
Superávit do exercício		-	-	-	-	1.323.626	1.323.626
Repasse UFSCar		-	-	-	-	(121.039)	(121.039)
Programas de Fomento		-	-	-	-	(850.100)	(850.100)
Fundo para investimentos		-	-	-	-	(177.910)	(177.910)
Fundo para obrigações futuras		-	-	-	-	(612.261)	(612.261)
Fundo para adiantamento a projetos		-	-	-	-	(17.791)	(17.791)
Em 31 de dezembro de 2015		299	-	-	-	1.323.626	1.323.925
Reversão de baixa de programa de fomento	(9.4)	-	-	-	-	(595.459)	(595.459)
Ajustes referente Recurso de fundos para reservas	(9.4)	-	-	-	-	2.070.732	2.070.732
SubTotal		299	-	-	-	2.798.899	2.799.198
Redistribuição para fundos de reservas	(9.4)	-	109.041	1.254.422	111.810	(1.475.273)	-
Em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)		299	109.041	1.254.422	111.810	1.323.626	2.799.198
Distribuição para fundos de reservas de 2015	(9.4)	-	97.948	1.125.082	100.596	(1.323.626)	-
Realização por aquisição de ativos	(9.1)	30.584	(30.584)	-	-	-	-
Realização de reserva	(9.1)	-	(249.925)	-	(175.101)	-	(425.026)
Realocação de reservas		-	170.000	(170.000)	-	-	-
Superávit do exercício	(9.2)	-	-	-	-	1.945.942	1.945.942
Constituição de reserva para investimento	(9.2)	-	199.316	-	-	(199.316)	-
Constituição de reserva de obrigações futuras	(9.2)	-	-	733.250	-	(733.250)	-
Distribuição de resultado para UFSCar	(9.2)	-	-	-	-	(50.669)	(50.669)
Em 31 de dezembro de 2016		30.883	295.796	2.942.754	37.305	962.707	4.269.445

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Reais)**

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.945.942	1.323.626
Ajustes por		
Depreciação e amortização	130.600	99.158
Valor líquido na venda de ativos imobilizados	11.847	-
Provisão de contingência	87.900	-
	2.176.289	1.422.784
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	33.072	313.169
Adiantamentos	5.090	-
Créditos de projetos de curto prazo	485.406	-
Créditos de projetos de longo prazo	144.768	-
Fornecedores	(6.992)	436.550
Obrigações sociais e trabalhistas	233.214	-
Obrigações tributárias	(29.677)	16.786
Recursos para projetos	20.263.380	5.020.098
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	23.304.550	7.209.387
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(259.940)	(173.345)
Aquisições de bens do ativo intangível	(2.909)	-
Investimentos efetuados em fomento	-	(1.490.951)
Caixa líquido aplicado atividades de investimentos	(262.849)	(1.664.296)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Repassse redistribuição dos programas de fomento	-	(1.779.101)
Repassse efetuado à UFSCar	(29.773)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(29.773)	(1.779.101)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.011.928	3.765.990
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalentes no início do exercício	82.375.803	78.609.813
Caixa e equivalentes no final do exercício	105.387.731	82.375.803
Aumento líquido de caixa e equivalentes caixa	23.011.928	3.765.990

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em Reais)**

1. Contexto Operacional

A Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (a “FAI” ou “Fundação”) é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 21 de janeiro de 1992 por docentes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) para facilitar o processo de pesquisa e extensão.

Sediada no município de São Carlos – SP, é uma entidade sem fins lucrativos com personalidade jurídica de direito privado, de capital próprio exclusivo da iniciativa privada, criada com os objetivos gerais de promoção e apoio às atividades científicas, tecnológicas, culturais e preservação ambiental, gerenciando recursos próprios e de terceiros nas relações institucionais entre a UFSCar, a Comunidade Universitária e a Sociedade.

A FAI desenvolve suas atividades de acordo com os objetivos definidos no seu estatuto e regimento interno, sendo responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro de projetos ou programas.

A emissão das demonstrações financeiras da Fundação foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2017.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002/12 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras de 2015 estão sendo reapresentadas com reclassificações para melhor comparabilidade, sendo a principal os fundos do passivo para reservas no patrimônio líquido.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

e. Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas da Fundação são apuradas em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

f. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de rendimentos até a data do balanço.

g. Contas a receber

Corresponde a valores a receber relativos a taxa de administração (Custos Operacionais) por serviços executados de administração de projetos.

h. Adiantamentos

Composto por entrega de numerários a fornecedores de materiais e serviços à título de adiantamento. Classificam-se nessa rubrica adiantamentos a fornecedores pagos por recursos próprios. Adiantamentos pagos por projetos são registrados sob a rubrica “Créditos de projetos a receber”. Incluem também, antecipações a funcionários relativas à férias e 13º salário.

i. Créditos de Projetos a Receber

Em razão dos desequilíbrios econômico-financeiro em alguns projetos, convênios e programas de fomento, a Fundação efetua gastos e os classifica em conta específica do ativo circulante e do não circulante, conforme expectativa de realização.

j. Imobilizado

Registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

k. Intangível

Corresponde a *Softwares* registrado pelo custo de aquisição e deduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada.

l. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificados como passivo circulante, e reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Classificam-se na rubrica de fornecedores apenas as dívidas relativas às obrigações próprias, fornecedores vinculados aos projetos são registrados sob a rubrica “Recursos para projetos”.

m. Obrigações sociais e trabalhistas

Composto substancialmente por salários e encargos dos colaboradores alocados na FAI sede, a pagar na data do balanço.

n. Provisão de férias e encargos

Registrado com base nos direitos adquiridos dos colaboradores, calculado proporcionalmente e acrescidos dos respectivos encargos.

o. Obrigações tributárias

Referem-se a impostos retidos sobre serviços tomados de empresas prestadoras de serviços, pagas por recursos próprios, a serem recolhidos no período subsequente à data das demonstrações financeiras e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Impostos retidos sobre serviços tomados pagos por recursos de terceiros estão registrados na rubrica “Recursos para projetos”

p. Recursos para projetos

Registram os valores de responsabilidade da Fundação, referentes a recebimentos de recursos destinados a diversos projetos, convênios e programas de fomento no âmbito da promoção de apoio às atividades científicas, tecnológicas, culturais e preservação ambiental, a serem aplicados aos projetos.

q. Provisão para contingências

Estimada de acordo com a posição dos assessores jurídicos e experiência da administração em face de eventuais perdas prováveis.

r. Patrimônio social

O patrimônio social representa o conjunto de valores de que a Fundação dispõe sendo representado pela diferença de todos os bens/direitos e obrigações deduzido de eventuais reservas constituídas pela diretoria para eventos futuros.

s. Reservas

Refere-se a uma das modalidades de destinações do superávit do exercício. Por meio destas reservas a diretoria planeja o futuro da Fundação garantindo liquidez para saldar compromissos futuros. Deste modo, são constituídos fundos (em disponibilidades bancárias), que tem por objetivo o pagamento de obrigações futuras, tais como rescisões trabalhistas e despesas diversas, bem como para aquisição de melhorias de infraestrutura e modernização das instalações, aquisição de ativos imobilizados e intangíveis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa	98	17
Títulos e valores mobiliários	6.431.578	2.755.369
Caixa e equivalentes de caixa próprios	6.431.676	2.755.386
Bancos	1.145.451	452.077
Títulos e valores mobiliários	97.810.604	79.168.340
Caixa e equivalentes de caixa de terceiros	98.956.055	79.620.417
Total de caixa e equivalentes de caixa	105.387.731	82.375.803

O saldo em caixa e equivalentes de caixa próprios é subdividido em:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis	3.986.020	684.028
Reserva para investimentos	1.420	19.189
Reserva de obrigações futuras	2.388.974	1.853.112
Outras reservas	55.262	199.057
Caixa e equivalentes de caixa próprios	6.431.676	2.755.386

A reconciliação entre os saldos mantidos em reservas disponíveis com a respectiva reserva contabilizada no patrimônio líquido está demonstrada na nota explicativa nº 9.3.

Os recursos demonstrados sob a rubrica “de terceiros” referem-se às disponibilidades bancárias vinculadas a valores recebidos pela Fundação para utilização em projetos específicos. A reconciliação entre os direitos (ativo) e obrigações (passivo) de terceiros está demonstrado na nota explicativa nº 8.1.

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, fundos de renda fixa e cadernetas de poupança, todos com uma remuneração variável média entre 9% e 12% ao ano. Possuem características de curto prazo e de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As movimentações ocorridas nas aplicações financeiras são assim resumidas:

Movimentação das aplicações	Aplicações Próprias	Aplicações Terceiros	Total das Aplicações
Aplicações em 31/12/2015	2.755.369	79.168.340	81.923.709
(+) Aplicações efetuadas no período	6.837.691	77.457.532	84.295.223
(-) Resgates efetuados no período	(7.514.748)	(63.143.882)	(70.658.630)
(+) Rendimento obtido no período	523.955	8.157.925	8.681.880
(+)/(-) Repasse de rendimentos	3.829.311	(3.829.311)	-
Aplicações em 31/12/2016	6.431.578	97.810.604	104.242.182

Os rendimentos dos títulos e dos valores mobiliários próprios são reconhecidos como receita financeira (R\$ 523.955 em 2016), enquanto os rendimentos dos títulos e dos valores mobiliários de terceiros são reconhecidos parcialmente como acréscimo credor ao valor do projeto em seu respectivo passivo (R\$ 4.328.614 em 2016), e parcialmente como receita financeira da entidade (R\$ 3.829.311 em 2016) em virtude de repasse elaborado e aprovado em Ata de diretoria em 13/12/1995.

4. CRÉDITOS DE PROJETOS A RECEBER

	2016	2015
Projeto Lagoa do Sino	302.560	-
Projeto Bndes 6556	138.301	-
Projeto Prodin 9778	38.602	-
Adiantamento com fornecedores	61.723	-
Projeto 938*38	140.322	140.322
Projeto Rádio 1247*02	-	408.185
Projeto Cultural 1671*1	-	153.545
Projeto Univerciência	-	49.882
Projeto Fundo Patente sub 100	-	391.953
Outros projetos	13.292	36.319
Total em curto prazo	694.800	1.180.206
Investimento em programas de fomento	662.513	1.202.535
Total em longo prazo	662.513	1.202.535
Total	1.357.313	2.382.741

- (a) A fundação possui créditos junto a alguns projetos em virtude da execução de adiantamentos e/ou pagamentos realizados de forma antecipada. A realização/recebimento destes ativos está condicionada à disponibilidade financeira do respectivo projeto.

Os projetos classificados como curto prazo possuem expectativa de recebimento para o próximo exercício. Partes substanciais dos adiantamentos efetuados em 2015 foram amortizadas no decorrer do exercício de 2016. O projeto 938*38, que não foi regularizado no exercício de 2016, tem expectativa de realização no decorrer do exercício de 2017.

- (b) O projeto classificado como longo prazo refere-se a investimentos efetuados em fomento nas áreas de desenvolvimento científico, inovação e incentivo à cultura. Referidos projetos são executados em parceria com a UFSCar, contudo, são arcados, quase que integralmente, com recursos vindos da FAI. Parte do saldo foi reapresentado devido a ajuste de exercício anterior referente a distribuições do exercício de 2015, conforme nota explicativa nº 9.4.

5. IMOBILIZADO

Movimentação ocorrida do ativo imobilizado e intangível em 2016:

Imobilizado	2015	Adições	Baixas	2016
Equipamentos de informática	428.181	23.151	-	451.332
Móveis e utensílios	330.069	47.983	-	378.052
Veículos	173.007	174.980	(60.700)	287.287
Máquinas e equipamentos	128.787	13.826	-	142.613
Instalações	56.156	-	-	56.156
Aparelhos celulares	13.032	-	-	13.032
Livros	287	-	-	287
Total do custo	1.129.519	259.940	(60.700)	1.328.759
(-) Depreciação acumulada	(759.465)	(102.263)	48.856	(818.521)
Imobilizado líquido	370.054	157.677	(11.844)	510.238

Intangível	2015	Adições	Baixas	2016
Software	182.622	2.910	-	185.532
Direito uso linha telefônica	5.647	-	-	5.647
Total do custo	188.269	2.910	-	191.179
(-) Amortização acumulada	(111.624)	(28.337)	-	(134.314)
Intangível líquido	76.645	(25.427)	-	56.865

Em exercícios anteriores a Fundação construiu sua sede administrativa no campus da UFSCAR tendo doado o imóvel em definitivo para a Universidade. Em contrapartida tem direito de uso do imóvel sem o pagamento de aluguel até a data de 05/2057.

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A Fundação está sujeita ao pagamento dos seguintes encargos sociais incidentes sobre sua atividade, quais sejam: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas sobre a folha, que totaliza 26,8%; (c) Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) - contribuição de 8% incidente sobre o montante da folha de pagamentos. Além dos encargos supracitados, a Fundação é responsável pela retenção do imposto de renda devido por seus empregados, figurando como fiel depositária, para posterior recolhimento aos cofres da União.

Em 2016 a Fundação conta com o auxílio de 245 colaboradores (279 em 2015) dos quais, 71 trabalham diretamente na FAI (64 em 2015) e 174 estão alocados em projetos específicos (215 em 2015).

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é assim demonstrada:

Descrição	2016	2015
Salários a pagar	196.605	166.620
Pró-labore a pagar	11.330	-
Sub total salários	207.935	166.620
Seguridade social – INSS	100.725	79.837
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	73.993	48.437
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	34.998	28.020
Programa de integração social – PIS	5.331	4.542
Contribuições sobre folha	1.508	1.106
Subtotal Encargos sobre folha de pagamento	216.555	161.942
Total das obrigações sociais e trabalhistas	424.490	328.562

Em concordância com o inciso VI do art. 15º, cumulado com o parágrafo 4º do art. 20, do Estatuto Social da FAI, foi aprovada pelo conselho deliberativo, na 42ª reunião extraordinária de 18/12/2015, a remuneração do diretor executivo no valor de R\$ 15.000,00 mensais, respaldada, ainda, na alínea a) do art. 12 da lei nº 9.532/1997, alterada pela lei nº 13.151/2015, a qual possibilita a remuneração dos dirigentes de Fundações que atuem efetivamente na gestão executiva.

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Atualmente a FAI está sujeita apenas ao recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre a receita operacional com uma alíquota de 3%. Também, a Fundação é responsável pela retenção dos tributos devidos por alguns de seus prestadores, figurando como fiel depositária, para posterior recolhimento aos cofres da União.

Composição:

Descrição	2016	2015
COFINS a recolher	9.772	8.601
PIS/COFINS/CSLL retida na fonte	1.034	25.619
Imposto de renda retido na fonte	348	4.489
INSS retido na fonte	-	7.462
ISS retido na fonte	279	2.403
Total	11.433	48.574

Por ser uma entidade civil sem fins lucrativos, a Fundação é imune em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Programa de Integração Social - PIS, e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

8. RECURSOS PARA PROJETOS

Referem-se a valores líquidos disponíveis a cada projeto administrado pela Fundação, com os numerários registrado no ativo, também sob responsabilidade da mesma, concedidos por financiadores de projetos. Os recursos no passivo são atualizados por parte dos rendimentos das aplicações financeiras respectivas.

É a área estratégica da Fundação, cujo suas ações refletem diretamente nos resultados dos serviços oferecidos, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para os parceiros externos. O gerenciamento do projeto, incluindo sua gestão financeira e administrativa, é o principal contexto operacional da Fundação no apoio a Universidade.

Existem 470 projetos em andamento na Fundação (563 em 2015). Demonstramos abaixo a composição sintética por categoria e na sequência um breve resumo de alguns projetos:

Descrição	2016	2015
Privados	43.826.818	38.750.038
Públicos	40.100.780	25.890.582
De Economia Mista	2.123.487	3.050.053
Projeto Folha	2.847.801	570.870
Outros Projetos	13.003.203	13.377.166
	101.902.089	81.638.709

a. Programa de Melhoramento Genético de Cana-de-Açúcar

O Programa de Melhoramento Genético de Cana-de-Açúcar da UFSCar (PMGCA), instalado no campus de Araras, é um dos principais projetos da FAI. A UFSCar integra, junto com outras nove universidades federais, a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (Ridesa Brasil - RB). As variedades RB representam atualmente 68% da área cultivada com cana no Brasil. O País é líder mundial na produção de cana-de-açúcar e seus derivados – açúcar e etanol –, e tem obtido aumentos significativos na produção por hectare por meio de plantas melhoradas geneticamente. Com a tecnologia, as plantas ganham novas características para se adequarem a diferentes tipos de clima e solo, ao plantio e colheita mecanizados, dentre outros fatores. A Ridesa e as variedades RB representam um modelo de inovação tecnológica, que superou desafios e se consolidou como importante instrumento de parceria entre a academia e o setor privado.

b. Projeto 9557 / Carta Convite MCTI/FINEP 01/2014

Trata-se de um projeto de R\$ 19,7 milhões financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a conclusão de 10 obras, por meio do CT-Infra, criado para viabilizar a modernização e ampliação da infraestrutura de serviços de apoio à pesquisa. Com esse recurso, a universidade poderá concluir as obras que haviam sido inviabilizadas devido à defasagem no valor do metro quadrado praticado pela própria Finep. As obras serão executadas a partir de 2016 e contemplam laboratórios de nanotecnologia, biotecnologia e multiusos, além de núcleos e centros de apoio à pesquisa nos campi de São Carlos, Araras e Sorocaba.

c. Projeto 1158 / FINEP - UFSCar 2012 (Infraestrutura para Pesquisa)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla o NANOBIODQ (Laboratórios em nanotecnologia e biotecnologia do Departamento de Química); o LPGDM-DM (Laboratórios de Pós-Graduação do Departamento de Matemática); o CGMB - Centro de Genética Molecular e Biotecnologia do Departamento de Genética; e a UGR (Unidade de Gestão de Resíduos).

d. Projeto 9317 / Ampliação do Hospital Universitário

Trata-se de um projeto financiado pelo Ministério da Saúde (MS) para a ampliação da estrutura operacional do Hospital Universitário "Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci" da UFSCar que irá aumentar sua capacidade para atendimentos e internações. Estão previstos 54 novos leitos de internação, sendo 12 pediátricos, 19 de clínica médica, oito de saúde mental e 15 de cuidados prolongados.

e. Projeto 595 / FINEP - UFSCar 2011 (Infraestrutura para Pesquisa)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla o BIOTERIO (Unidade Especial de Apoio à Pesquisa Biotério); a Central IBEV (Instituto de Biotecnologia e Ecologia Vegetal); o CIVISA (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Ciclos de Vida e Saúde Humana); a CRLP-DEMA (Construção e Reforma dos Laboratórios de Pesquisa do Departamento de Engenharia de Materiais); a INFRATEC (Infraestrutura de Apoio à Pesquisa Integrada em Gestão e Tecnologia em Engenharia Civil); o BIBLIOS (Revitalização e Adequação da Estrutura Física e Lógica das Bibliotecas da UFSCar); o LABPE (Laboratório de Pesquisa em Educação) e INFRA (Infraestrutura de Redes Locais e Distribuição de Energia).

f. Projeto 1549 / FINEP - UFSCar 2010 (Infraestrutura para Pesquisa)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla o BIOTROP (Centro de Pesquisa Integrada da Biodiversidade Tropical); Infraestrutura de Redes Locais e Distribuição de Energia dos Campi da UFSCar; o LIEP (Laboratório Integrado de Pesquisa em Engenharia de Produção) e o MAVLABS (Núcleo de Laboratórios e Central de Criogenia para o Estudo de Materiais Avançados).

g. Programa Folha

O Programa Folha consiste no gerenciamento dos custos envolvidos exclusivamente pagos aos colaboradores alocados em projetos contratados pela Fundação. Pretende-se com esta metodologia de trabalho gerenciar os recursos financeiros necessários à manutenção e à rescisão do contrato de trabalho, desta forma garantindo que todas as obrigações legais sejam cumpridas pelos projetos “contratantes” sem que haja ônus para a Fundação. Mensalmente é debitado da conta de cada projeto o valor referente a salários, encargos, benefícios e também provisões de férias, 13º salário e possíveis rescisões.

h. Projeto 850 / FINEP (Infraestrutura para Pesquisa dos Campi de Araras e Sorocaba)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla a INFRANLCCA (Infraestrutura para Consolidação das Novas Linhas de Pesquisa Implantadas no CCA) e a UFSCar-SOR (Expansão da Infraestrutura Científica e Tecnológica do Campus de Sorocaba).

i. Projeto 1042 / FINEP - UFSCar 2013 (Infraestrutura para Pesquisa)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla o Cloud@UFSCar (nuvem computacional); o GERES (Consolidação da estrutura para o Gerenciamento de Resíduos Potencialmente Perigosos Gerados na universidade); e o CAMPICECAN (Consolidação do Centro de Caracterização e Análises Ambientais).

j. Centro de Excelência para Pesquisa em Química Sustentável

A UFSCar conquistou, por meio do Departamento de Química, o Centro de Excelência para Pesquisa em Química Sustentável (CERSusChem), cujo o objetivo é o de desenvolver processos mais sustentáveis, em especial na produção de novos medicamentos. O anúncio oficial ocorreu em novembro de 2015 na sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). O financiamento do projeto, selecionado por chamada pública, será da Fapesp e da indústria farmacêutica GlaxoSmithKline (GSK) com contrapartida da UFSCar. A gestão administrativa e financeira deste projeto será da FAI. O CERSusChem é uma iniciativa de docentes do DQ UFSCar que conta com 18 pesquisadores da própria UFSCar, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

k. Projeto 2888 / PETROBRAS / Massas Plásticas e Concretos Refratários Nano-ligados ou com fases transientes para Unidade de UFCC

Projeto financiado pela Petrobras para o desenvolvimento de materiais refratários inovadores nano-ligados (concretos e massas plásticas) e aqueles contendo fases transientes para aplicações em unidades de FCC (Fluid Catalytic Cracking) que pode contribuir para o enriquecimento da experiência técnica do coordenador e dos membros participantes, em especial dos alunos envolvidos.

l. Royalties Cultivares PMGCA

Trata-se de recursos financeiros provenientes da receita de royalties dos seguintes licenciamentos: Alface Brunela, Alface Rubinela, Alface Crocantela, Alface Romanela, Alface Ariana, Alface Soraia, Cultivar de cana-de-açúcar; TCP – Treinamento Corretivo Postural; Sistema Reacional Pneumático e uso do mesmo; Composições de Vidro Soda-cal com massas cerâmicas; Reator fotoquímico inteligente; e Micropartículas magnéticas de sílica porosa.

m. Unidade Saúde Escola (USE)

As atividades de assistência fisioterápica à Comunidade de São Carlos e região, descritas no Projeto Sistema Único de Saúde (SUS) – UFSCar iniciaram-se em janeiro de 1997 por meio de um convênio assinado com a Secretaria de Estado da Saúde intermediado pela FAI. No ano 2006, parte dos atendimentos realizados por este serviço foi absorvida pela Unidade Saúde Escola (USE) da UFSCar, que iniciou suas atividades em 2005 com os objetivos de atuar na perspectiva de atendimento integral ao usuário. A USE é uma unidade de produção de conhecimento e cuidados, formação profissional e extensão, dentro dos mais altos padrões científicos e tecnológicos, visando contínua melhoria da qualidade de vida de seus usuários, além de ser um espaço de realização de práticas e estágios dos cursos da área de saúde da UFSCar.

n. EDUFSCar

A Editora da Universidade Federal de São Carlos é reconhecida pela qualidade de seu catálogo, integrado por mais de 350 títulos, nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. Além de estar presente nos principais eventos acadêmicos e culturais do país, apresentando ao público seu catálogo, a Editora acumula relevantes prêmios recebidos, como o Prêmio da APCA (Associação Paulista dos Críticos de Arte), o Prêmio Nacional de Romance, patrocinado pelo governo do estado do Paraná, o Prêmio da UBE (União Brasileira de Escritores) e o mais importante prêmio nacional, o Jabuti, outorgado pela CBL (Câmara Brasileira do Livro) em várias ocasiões.

8.1 RECONCiliaÇÃO ENTRE DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS

	2016	2015
Disponibilidade bancária - Nota 3	98.956.055	79.620.417
Créditos de projetos CP - Nota 4	694.800	1.180.206
Total de bens e direitos de terceiros	99.650.855	80.800.623
Recursos para projetos - Nota 8	(101.902.089)	(81.638.709)
Total de obrigações com terceiros	(101.902.089)	(81.638.709)
Diferença passiva antes das conciliações	(2.251.234)	(838.086)
INSS recolhido por conta indevida (a)	171.973	-
Diferença passiva após as conciliações - (b)	(2.079.261)	(838.806)

(a) O saldo conciliado de INSS refere-se a dois pagamentos, um no valor de R\$ 95.129,63 em 20/12/2016 e outro de R\$ 76.843,42 de 20/12/2015, ambos recolhidos com a conta bancária de terceiros e que deveriam ter sido liquidados com recursos próprios da FAI. Serão regularizados em 2017 mediante transferência bancária da conta própria para a conta de terceiros.

Em virtude de indisponibilidade financeira, a FAI utilizou recursos de terceiros para financiar operações de fomento. Isso acarretou um desequilíbrio entre bens de terceiros e dívidas com terceiros nos valores de R\$ 2.079.261, já acumulado, em 2016 (R\$ 838.806 em 2015).

Haja vista a atual disponibilidade bancária própria, a diretoria pretende efetuar a devolução, para a conta de projetos, buscando equalizar a relação de bens e obrigações de terceiros.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social representa o conjunto de valores de que a Fundação dispõe sendo representado pela diferença de todos os bens/direitos e obrigações deduzido de eventuais reservas constituídas pela diretoria para eventos futuros.

Por ser uma Fundação sem finalidade lucrativa, a FAI não pode acumular superávit. Assim o saldo integral do superávit do exercício deve ser destinado para uma reserva específica e/ou incorporado ao patrimônio social.

As reservas no decorrer dos próximos exercícios devem ser realizadas somente em contrapartida ao patrimônio social.

O saldo em 31/12/2016 de R\$ 30.883 é composto pelo saldo inicial no valor de R\$ 299, somados a realização de reservas em virtude da aquisição de ativos, no montante de R\$ 30.584.

Além da realização por aquisição de ativos de R\$ 30.584, outras duas realizações ocorreram em 2016:

OUTRAS RESERVAS	2016
Amortização do adiantamento 1426*01	7.102
Amortização do adiantamento 1671*01	153.544
Amortização parcial do adiantamento 1275*04	2.771
Amortização do adiantamento 1426*01	7.101
Amortização do adiantamento 1329*08	1.520
Amortização parcial do adiantamento 1594*06	3.063
Realização de Outras Reservas	175.101
RESERVAS DE INVESTIMENTOS	
Realização por implantação de software	205.676
Realizações diversas	44.249
Realização de Reservas de Investimentos	249.925
TOTAL	425.026

9.2 RESERVAS

Refere-se a uma das modalidades de destinações do superávit do exercício. Por meio destas reservas a diretoria planeja o futuro da Fundação garantindo liquidez para saldar compromissos futuros. Deste modo, são constituídos fundos (em disponibilidades bancárias), que tem por objetivo o pagamento de obrigações futuras, tais como rescisões trabalhistas e despesas diversas, bem como para aquisição de melhorias de infraestrutura e modernização das instalações, aquisição de ativos imobilizados e intangíveis.

Do superávit, podem ser aplicados os percentuais referentes às reservas da FAI, sendo: **i)** Reserva para investimentos (10% sobre o resultado bruto) e **ii)** Reserva para Obrigações Futuras (5% sobre a folha de pagamento geral da FAI – projetos e celetistas da FAI Administração). Além das destinações supracitadas, referidas reservas, por estarem aplicadas, também destinarão o rendimento financeiro à reserva que a originou.

Do saldo residual, obtido após as destinações citadas acima, 5% será destinado à UFSCar, que será repassado por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU). Após todas as destinações citadas, o saldo residual é transferido para Patrimônio Social.

Abaixo demonstramos o cálculo das destinações:

Superávit do exercício de 2016		1.945.942
Reserva para investimento - 10% do resultado	(194.594)	
Receita financeira da reserva para investimento	(4.722)	(199.316)
Reserva para obrigações futuras - 5% da folha	(553.780)	
Receita Financeira da reserva de obrigações futuras	(179.470)	(733.250)
Superávit após destinações pré-determinadas		1.013.376
Destinação específica:		
Repassa UFSCar - 5% superávit após destinações pré-determinadas		(50.669)
SUPERÁVIT PARA DELIBERAÇÃO DE RESERVAS OU TRANSFERÊNCIA AO PATRIMÔNIO SOCIAL		962.707

9.3 RECONCILIAÇÃO DAS RESERVAS

Demonstramos a reconciliação entre os saldos em reservas, no patrimônio líquido, com as respectivas disponibilidades bancárias:

	Reserva no Patrimônio Líquido	Disponibilidade Bancária	Diferença
Reserva para investimento	295.796	1.420	294.376 a
Reserva para obrigações futuras	2.942.754	2.388.974	553.780 b
Outras reservas	37.305	55.262	(17.957) c
Total	3.275.855	2.445.656	830.199

- a.** A divergência entre reserva, no patrimônio líquido, e a disponibilidade bancária, refere-se à:

Pagamentos indevidos de despesas a ser reembolsado em 2017	124.067
Pagamento de NF por conta de projeto a ser ressarcido em 2017	(23.442)
Saldo de impostos retidos a pagar no início de 2017	(843)
Saldo de reserva a ser transferido em 2017 (nota explic. nº 9.2)	194.594
Diferença conciliada	294.376

- b.** A divergência entre reserva, no patrimônio líquido, e a disponibilidade bancária, no valor de R\$ 553.780 refere-se ao saldo constituído de reserva no exercício de 2016 e ser transferido no decorrer do exercício de 2017, conforme nota explicativa 9.2.
- c.** A divergência entre reserva, no patrimônio líquido, e a disponibilidade bancária, no valor de R\$ 17.957 refere-se ao rendimento que elevou o saldo constante da aplicação financeira, mas, por decisão da administração, não irá compor a conta de outras reservas. Referido saldo terá a sua destinação estabelecida no decorrer do exercício de 2017.

9.4 AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os fundos de reservas no montante de R\$ 2.070.732, constituído em exercícios anteriores estavam classificadas como obrigações no passivo circulante e foram ajustados retrospectivamente para adequar a sua real natureza. Também foi ajustado retrospectivamente o montante de R\$ 595.459 em contrapartida a programa de fomento no ativo por baixa indevida. As demonstrações financeiras de 2015, apresentadas comparativamente, já estão com esta reclassificação e incluem também a redistribuição do fundos de reserva para adequar aos saldos bancários, conforme comentado na nota explicativa nº 9.3.

10. RECEITA LÍQUIDA

As receitas da FAI refletem prioritariamente valores provenientes das taxas administrativas cobradas na administração dos projetos para cobrir os custos operacionais e parte de receitas financeiras repassadas oriundas dos recursos dos projetos.

Descrição	2016	2015
Repasse de rendimentos	3.829.311	2.504.555
Receita de gerenciamento dos projetos	4.986.499	4.966.278
(-) Cofins sobre receita	(149.595)	(148.988)
Receita líquida	8.666.215	7.321.845

O repasse de rendimentos de aplicações financeiras dos recursos de terceiros é rateado em 60% para a FAI (resultado) e 40% para os projetos/convênios (passivo). Exceção a este procedimento são **i)** os recursos de convênios com financiamento de órgãos de fomento governamentais, os convênios de cooperação institucional e os projetos firmados com a Petrobras, os quais permanecem aplicados, mantendo-se os resultados inteiramente na conta dos respectivos convênios/projetos e **ii)** ao programa folha, ao programa de ressarcimento UFSCar, e do cálculo de retribuição do projeto de extensão, onde a integralidade dos rendimentos financeiros são considerados receitas da FAI.

11. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Representado pelos gastos com o pessoal. A integralidade dos gastos com salários, encargos e provisões de natureza trabalhistas são reconhecidas como custo dos serviços prestados. A composição do saldo pode ser assim demonstrada:

Descrição	2016	2015
Salários	3.019.906	2.502.646
INSS e FGTS	1.052.583	941.242
Provisão de férias e 13º salário	977.838	762.157
Vale refeição e transporte	463.544	379.512
Assistência médica e odontológica	229.171	202.889
Pró-labore	120.000	-
Provisão de contingência trabalhista	87.900	-
Indenizações	49.790	44.204
Estagiários	45.914	49.484
Outros gastos com folha de pagamento	29.620	27.538
Total	6.076.266	4.909.672

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Os gastos não relacionados à folha de pagamento são classificados como despesas gerais e administrativas e compreendem os seguintes itens.

Descrição	2016	2015
Assessoria, consultoria e auditoria	615.025	531.424
Manutenção e instalação	433.507	250.153
Bens de pequeno valor	182.654	5.749
Viagens e estadias	179.540	185.937
Depreciação e amortização	130.600	99.158
Materiais de escritório	102.883	69.452
Água, energia e telefonia	93.025	147.667
Outras despesas	71.390	149.543
Aluguéis	57.737	58.033
Propaganda	38.596	5.485
Tributos	28.533	28.507
Total	1.933.490	1.531.108

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2016	2015
Receitas de incorporação	628.067	-
Outras receitas	1.646.832	104.627
Resultado na venda de ativo imobilizado	20.154	-
Resultado com fomento	(1.512.290)	-
Total	782.763	104.627

As outras receitas contemplam, substancialmente a reclassificação de um passivo não exigível, que foi baixado contra a conta de resultado para melhor apresentação dos saldos.

O resultado com fomento refere-se a diferença negativa (despesa) entre tudo que foi gasto e arrecado com os projetos de fomento no exercício de 2016.

14. RECEITAS FINANCEIRAS

Abaixo demonstramos a receita financeira própria:

Descrição	2016	2015
Receita de aplicações financeiras próprias	523.955	342.824
Total	523.955	342.824

15. SEGUROS (Não Auditado)

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

De acordo com a Resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade sobre divulgação do trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Os valores apresentados como voluntariado referem-se apenas a atividade de administração e conselheiros eleitos da Entidade, sendo, assim, uma estimativa de remuneração não dispendida, não havendo outros tipos de voluntariado neste exercício.

17. COMPROMISSOS

A Fundação não possui outros contratos ou compromissos futuros que requereriam divulgação nas demonstrações financeiras.